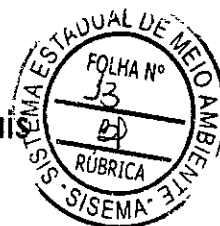




Companhia de Saneamento de Minas Gerais



EXMO(A). SR.(A) PRESIDENTE(A) DO NÚCLEO REGIONAL DE GESTÃO DAS
DENÚNCIAS AMBIENTAIS E CONTROLE PROCESSUAL DO NORTE DE MINAS –
NUDEC NM

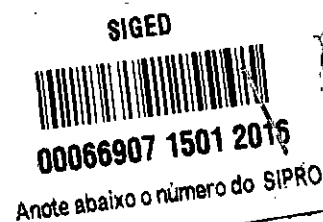
Obs: ... na procuradoria

Auto de Infração: 042226/2016

Localidade: JURAMENTO/MG

Declaro/4/2016

Mate



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG,
Sociedade de Economia Mista, sediada à Rua Mar de Espanha, nº 525, Bairro Santo
Antônio, Belo Horizonte/MG, CEP 30.330-270, CNPJ 17.281.106/0001-03, vem por
intermédio de seus procuradores que esta subscrevem, mandato anexo, apresentar
DEFESA ao Auto de Infração nº **042226/2016** lavrado pela Polícia Militar de Meio
Ambiente de Minas Gerais - PMMG, por meio dos fatos e razões a seguir aduzidas.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Tem-se por tempestiva a presente Defesa, tendo em conta o recebimento do Auto
de Infração em 03 de março de 2016 (quinta-feira), com prazo de 20 (vinte) dias,



iniciando-se em 04 de março de 2016 (sexta-feira), com vencimento em 23 de março de 2016 (quarta-feira).

II - DOS FATOS

Foi imputada à COPASA MG a conduta de "causar poluição mediante o lançamento de esgoto sanitário no rio Juramento, resultando em dano ao curso hídrico, aos ecossistemas e habitat, a saúde e ao bem estar da população".

Dessa forma, foi lavrado o Auto de Infração nº 042226/2016 e aplicada multa no valor de R\$ 33.230,89 (trinta e três mil, duzentos e trinta reais e oitenta e nove centavos).

III - DA NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO ANTE O VÍCIO FORMAL

O Decreto nº 44.844/08 estabelece em seu art. 27, caput e §1º, incisos I e II, que o auto de infração deverá ser lavrado com fundamento na ocorrência de transgressão às normas contidas nas seguintes Leis: Lei nº 7.772, de 1980; Lei nº 14.309, de 2002; Lei nº 14.181, de 2002; Lei nº 13.199, de 1999, conforme se transcreve a seguir:

"Art. 27. A fiscalização e a aplicação de sanções por infração às normas contidas na Lei nº 7.772, de 1980, Lei nº 14.309, de 2002, Lei nº 14.181, de 2002, e Lei nº 13.199, de 1999, serão exercidas, no âmbito de suas respectivas competências, pela SEMAD, por intermédio das SUPRAMs, pela FEAM, pelo IEF, pelo IGAM e por delegação pela Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG.

§ 1º O titular do respectivo órgão ou entidade, em ato próprio, credenciará servidores para realizar a fiscalização e lavrar auto de infração, com fundamento em vistoria realizada pelas SUPRAMs, IEF, IGAM e FEAM, competindo-lhes:

I - verificar a ocorrência de infração às normas a que se refere o caput;

II - verificar a ocorrência de infração à legislação ambiental;" (grifo aposto)

Ocorre que, ante a determinação legal supracitada, constatou-se flagrante vício formal na constituição do Auto de Infração **032353/2016**, uma vez que, **NÃO especifica quais dispositivos legais das Leis 7.772/1980, 14.309/2002, 14.181/2002 e 13.199/1999 foram supostamente infringidos** pela Autuada, conforme exigido pelo art. 27, incisos I e II, do referido Decreto.

Além disso, verifica-se que no campo reservado à indicação do embasamento legal transgredido, há o preenchimento com a indicação de artigo de DECRETO referente à PENALIDADE DE MULTA SIMPLES, no valor de R\$33.230,89 (trinta e três mil, duzentos e trinta reais e oitenta e nove centavos), quando, então, deveria constar o artigo de lei supostamente descumprido, conforme se comprova a seguir:



Companhia de Saneamento de Minas Gerais



8. Embasamento legal		Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei/ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão	
		83	I	122	-	-	44844/08	7772/80		74			
9. Agravantes /agravantes	Agravantes												
	Nº	Artigo/Pará.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Pará.	Inciso	Alínea	Aumento			
10. Recidência													
<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica													
11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa e ERP)	Infração	Parte	Penalidade				Valor		<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total		
	01	M	<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				33 230,89				33 230,89		
	ERP:		Kg de pescado:				Valor ERP por Kg: R\$				Total: R\$		
	Valor total dos Emolumentos de Reposição de Pesca: R\$:												
	Valor total das multas: 33 230,89 (trinta e três mil dezentos e trinta reais e oitenta e nove centavos)												
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$													
12. Demais penalidades/Recomendações/Observações													
<p>- O auto-processo na elevatória de efluente 02 da ETE de Juramento, devido as bombas estarem causando o transbordamento da caixa, logo esvaziado para o leito do rio Juramento.</p> <p>- O auto de infração foi lavrado com valor do índice da Resolução SEMAD 246.</p>													
13. Depositário	Nome Completo: _____ CPF: _____ CNPJ: _____ RG: _____												
	Endereço: Rua, Avenida, etc. _____ Nº / km: _____ Bairro / Logradouro: _____ Município: _____												
UF: _____ CEP: _____ Fone: _____ Assinatura: _____													
O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTO) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA NUDEC, NO SEQUINTE ENDEREÇO: Rua. Agapito dos 5 Anos, nº 455, Bairro Cândida Câmara.													
14. Assinatura	01. Servidor: (Nome Legível) _____ MASP: _____ Assinatura do servidor: _____												
	02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível) _____ Função/Vínculo com Autuado: _____ Assinatura do Autuado/Representante Legal: _____												

Dessa forma, a Autuada está a desconhecer o dispositivo legal hipoteticamente infringido, uma vez que, este NÃO foi discriminado no auto de infração, sendo-lhe aplicada multa sem mesmo lhe ser concedido o direito de conhecer o motivo legal ensejador da penalidade gerando, assim, grave vício formal a tornar NULO o Auto de Infração e, conseqüentemente, a multa aplicada.

Tal fato fere gravemente a Constituição da República de 1988, em seu art. 5º, II, segundo o qual “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, assim como o citado artigo 27, incisos I e II, do Decreto 44.844/08.

No mesmo sentido está o Código Penal Brasileiro, no seu art. 1º, determinando que “não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”.

Inexistindo indicação legal a definir o fato típico, não há que se falar em aplicação de qualquer penalidade restando, plenamente, inaplicável a multa.

Há que se mencionar ainda que o agente fiscalizador deve observar os requisitos essenciais que instruem os Autos de Infração, conforme se verifica pelo art. 31, do Decreto 44.844/08, *in verbis*:

“Art. 31. Verificada a ocorrência de infração à legislação ambiental ou de recursos hídricos, será lavrado auto de infração, em três vias, destinando-se a primeira ao autuado e as demais à formação de processo administrativo, devendo o instrumento conter:

I - nome ou razão social do autuado, com o respectivo endereço;

II - fato constitutivo da infração;

III - disposição legal ou regulamentar em que fundamenta a autuação;

IV - circunstâncias agravantes e atenuantes;

V - reincidência;

VI - aplicação das penas;

VII - o prazo para pagamento ou defesa;

VIII - local, data e hora da autuação;

IX - identificação e assinatura do servidor credenciado responsável pela autuação; e

X - assinatura do infrator ou de seu preposto, sempre que possível, valendo esta como notificação." (grifo nosso)

A presença desse dispositivo na norma, como condição de validade dos Autos de Infração lavrados, é justamente para coibir arbitrariedades por parte dos Agentes Ambientais e assegurar à Autuada plenas condições de apresentar defesa dos fatos a ela imputados.

A disposição legal ou regulamentar que fundamentar a autuação deve ser precisa, clara, indubitável, sob pena de prejudicar ou mesmo inviabilizar a elaboração da defesa, afrontando o Princípio Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa, consagrado no art. 5º, LV, da Constituição da República, segundo o qual:

"LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"

Assim, ante a ausência do dispositivo legal infringido, vê-se afastado o Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório cujo direito está assegurado constitucionalmente pela nossa Carta Magna, configurando ainda a ausência deste elemento, em grave descumprimento das exigências formais de constituição dos Autos de Infração, conforme mandamentos do Decreto 44.844/08, devendo o referido Auto ser declarado totalmente NULO pelas irregularidades apontadas.

Ressaltamos tratar-se de NULIDADE ABSOLUTA, ou seja, aquela que não comporta convalidação, devendo, assim, ser o presente Auto de Infração tornado nulo e, conseqüentemente, arquivado.

IV - DA COMPLETA AUSÊNCIA DA DEFINIÇÃO E VALORAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE EMBASARAM A FIXAÇÃO DO VALOR DA MULTA



A ausência da definição e valoração das circunstâncias que embasaram a fixação do valor da multa afronta ao princípio da individualização da pena, do contraditório e da ampla defesa, sendo que a ausência da anotação da lei em tese infringida afronta ao princípio da legalidade.

A fixação de multa pelo agente autuante não pode ser ato arbitrário, desvinculado de qualquer critério, como foi o caso do auto de infração 042226/2016. Para a determinação do valor da multa não basta avaliar o porte e a existência de reincidência, pois a variação entre a pena mínima e a pena máxima em determinada faixa, deve ser graduada de acordo com a valoração das circunstâncias que envolvem a suposta infração.

O agente autuante tem o dever de descrever no auto de infração a valoração das circunstâncias que o fizeram chegar em determinado valor e não em outro, pois a aplicação de multa, conforme dito, não é critério arbitrário, é critério vinculado e deve descrever de forma detalha todas as circunstâncias que fizeram com que a multa chegasse ao valor final.

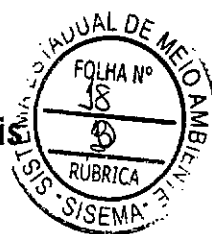
O fato de não estarem descritas de forma detalhada todas as circunstâncias que o agente autuante levou em conta para dosar a pena, fere o Princípio da Individualização da pena e no mesmo ato fere o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, à medida que desconhecida a valoração das circunstâncias há impossibilidade de refutar as mesmas, inviabilizando a defesa.

O art. Art. 60 Decreto Estadual 44.844/08, ao seu turno, dispõe que:

"Art. 60. O valor da multa simples aplicada por infração às normas previstas na Lei nº 7.772, de 1980, e na Lei nº 13.199, de 1999, será de no mínimo, R\$50,00 (cinquenta reais) e, no máximo, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), podendo atingir o valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), no caso previsto no art. 64, observados os critérios de valoração das multas constantes nos anexos I e II, deste Decreto.

Parágrafo único. Para fins de aplicação a que se refere o caput, os portes dos empreendimentos e atividades serão os definidos pelo COPAM ou CERH, conforme o caso." (grifamos)

Observa-se que a ausência da anotação da Lei em tese infringida, de plano, impossibilita a verificação do eventual critério utilizado para fixação da multa. Conforme



se verifica dos artigos 60, 61 e 62 do Decreto 44.844/08 a fixação da multa depende da observação da Lei, em tese infringida, pois somente a partir dessa definição o agente autuante saberá quais critérios deve observar. Inexistindo a indicação da Lei, a única conclusão possível é a arbitrariedade da multa aplicada, o que motiva a sua invalidez.

Outro fator de invalidade do auto de infração é a inexistência da descrição dos fatores e circunstâncias consideradas para a fixação da multa: porque não houve a fixação da multa no valor mínimo, haja vista que o próprio agente autuante não se manifestou sobre reincidência?

Verifica-se assim, afronta direta ao Princípio Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa, à medida que o desconhecimento dos dispositivos legais, normativos e da valoração das circunstâncias que embasaram a fixação do valor da multa impossibilita a produção da defesa da empresa autuada.

Noutro giro, o artigo 59 do Decreto Estadual nº 44.844/2008 estabelece requisitos cumulativos para a aplicação da multa simples, quais sejam, reincidir na prática de infração leve E obstar/difícultar a atividade fiscalizadora:

"Art. 59. A multa simples será aplicada sempre que o agente:

- I - reincidir em infração classificada como leve;
- II - praticar infração grave ou gravíssima; e
- III - obstar ou dificultar ação fiscalizadora."

No presente caso, consta no Auto de Infração que não foi possível verificar a reincidência, além de não haver qualquer observação quanto a impedimento feito pela Autuada quando da ação fiscalizadora. Portanto, os requisitos legais cumulativos exigidos para aplicação da penalidade de multa simples não estão presentes neste caso, devendo, assim, tal penalidade ser anulada.

Ademais, o referido Auto de Infração 042226/2016 entregue ao representante da empresa encontra-se desacompanhado do Boletim de Ocorrências 6156011 citado, fato que dificulta o exercício constitucional da ampla defesa, pela Autuada.

Destarte, o Auto de Infração 042226/2016 é documento absolutamente destituído de validade e inapto à produção de qualquer efeito no âmbito jurídico, devendo ser considerado absolutamente nulo e, em consequência, arquivado.

V – DO EXTRAZAMENTO DE ESGOTO



O sistema de esgotamento sanitário de Juramento opera desde o ano de 2001, com o sistema de tratamento preliminar, o qual contém 02 elevatórias de esgoto, 01 reator anaeróbico, 01 lagoa facultativa e 01 leito de secagem.

No dia 10/02/2016, às 12hs, a empresa autuada realizou visita rotineira à estação elevatória de esgoto II e nenhuma irregularidade foi constatada.

Neste mesmo dia, às 18:30hs, a empresa autuada foi comunicada que esta unidade se encontrava com esgoto extravasando e tão logo foi constatada a ocorrência de obstrução de sucção da bomba, dificultando o bombeamento do efluente do poço de sucção até a estação de tratamento.

No mesmo dia foi acionada a equipe de eletromecânica e às 20:00hs o sistema voltou a operar normalmente.

No horário do acontecimento que gerou a autuação é quando o sistema opera com vazão máxima e o uso indevido pelos clientes, com lançamento de partículas grosseiras, como por exemplo, absorventes, preservativos, sacolas plásticas, dentre outros, ocasionam este tipo de anomalia.

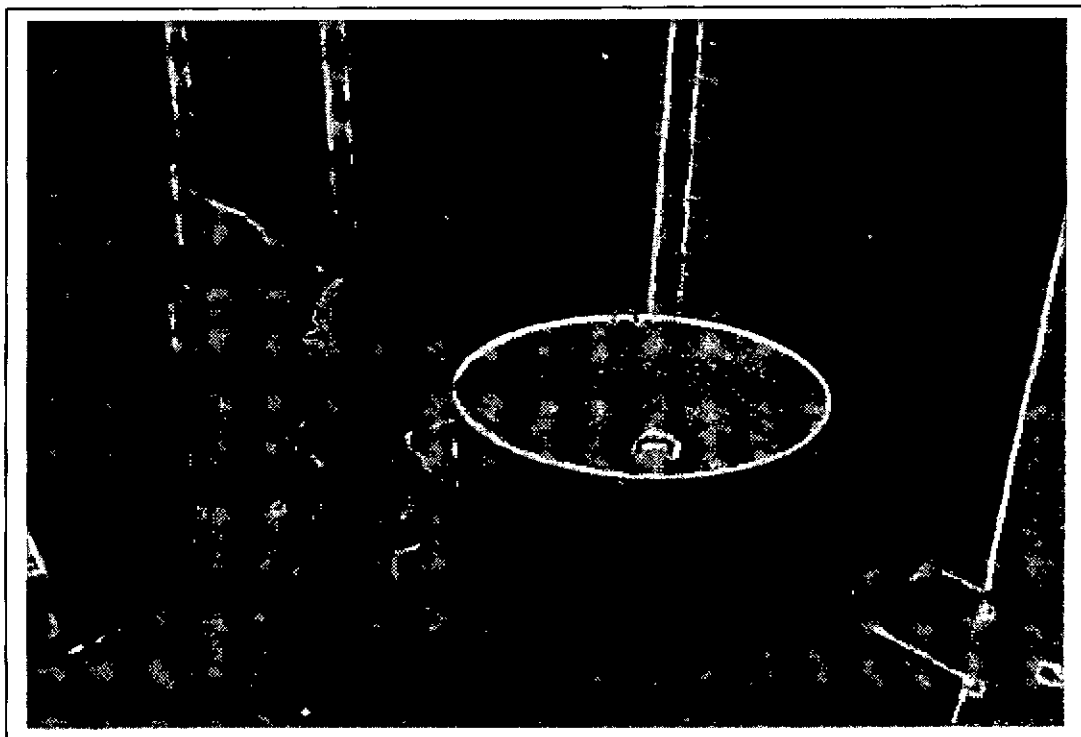
No dia 11/02/2016 o CODEMA enviou ofício 01/2016 para a Promotoria de Justiça, denunciando os fatos.

Em 12/02/2016, a autuada recebeu visita da Polícia Ambiental, em atendimento ao ofício nº 044/2016 da 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Montes Claros. Nesta visita não constatou-se nenhuma irregularidade e sim, esclarecimentos dos fatos ocorridos.

O solo se encontrar úmido nesta unidade é normal, pois o processo operacional exige a limpeza do cesto de remoção de solos grosseiros.

Na visita à Estação de Tratamento de Esgoto constatou-se que a operação encontrava-se satisfatória e que sua licença de operação (nº 168/2009) está devidamente em dia, conforme documentação anexa.

Abaixo seguem a vista da Estação Elevatória de Afluentes II e a do Poço de Visita, onde localiza-se o cesto de remoção de material grosseiro, respectivamente, senão vejamos:



VI – DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer a Autuada:



Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas

República Federativa do Brasil

Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais



LIVRO - 1811P
PRIMEIRO TRASLADO

FOLHA - 056



Procuração que faz Companhia de
Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG

Saibam quantos este público instrumento virem que, do ano de

nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de dois mil e quinze (2015), aos 29 (vinte e nove) dias do mês de janeiro, nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, no 2º Tabelionato de Notas, situado na Rua da Bahia nº 1000, perante mim, Diogenes Regis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, compareceu como Outorgante: **Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG**; com sede na Rua Mar de Espanha, nº 525, 3º Andar, bairro Santo Antônio em Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.281.106/0001-03, por sua Diretora-Presidente: **Sinara Inácio Meireles Chenna**, brasileira, casada, engenheira civil e sanitarista, carteira de identidade nº. MG-3.762.439 da SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº. 596.478.926-91, e por seu Diretor de Gestão Corporativa **Francisco Eduardo de Queiroz Cançado**, brasileiro, casado, advogado, carteira de identidade nº. MG-2.785.331 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº. 445.427.126-72, ambos residentes e domiciliados em Belo Horizonte, Minas Gerais, os presentes reconhecidos e identificados como os próprios e de cuja capacidade jurídica dou fé, e por ela, através de seus representantes me foi dito que nomeia e constitui seus bastantes Procuradores: **José Veloso Medrado**, brasileiro, casado, advogado, carteira profissional nº 43.902 expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/MG, inscrito no CPF sob o nº. 320.372.877-04, **Adlei Duarte de Carvalho**, brasileiro, casado, advogado, carteira profissional nº. 72.958 expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil



2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE - MG
TABELADO - JOÃO CARLOS NUNES JÚNIOR
Rua da Bahia 1000 - Centro - BH - 30140-000 - Email: cartoriojaguarao.com.br

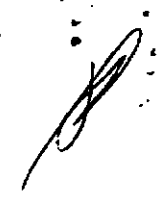
AUTENTICAÇÃO

Confere com o original apresentado, dou fé.

Belo Horizonte, 14/02/2015

EMP. 154.02 14/02/2015 Total: R\$ 5.27

Rua da Bahia, 1000 - Centro - CEP 30160-011
PABX: (31) 3014-4600 - www.cartoriojaguarao.com.br
Tabelião Titular - João Carlos Nunes Júnior



- OAB/MG, inscrito no CPF sob o nº. 764.776.146-34, **Alessandra Guimarães Rocha**, brasileira, casada, advogada, carteira profissional nº. 90.498 expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/MG, inscrita no CPF sob o nº. 038.521.516-94, **Celson Alencar Soares Teixeira**, brasileiro, casado, advogado, carteira profissional nº. 43.406 expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/MG, inscrito no CPF sob o nº. 131.197.376-15, **Gusttavo Reis Aragão Rodrigues**, brasileiro, casado, advogado, carteira profissional nº. 72.567 expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/MG, inscrito no CPF sob o nº. 773.597.716-68, todos com endereço comercial na Rua Mar de Espanha, nº 525, bairro Santo Antônio em Belo Horizonte, Minas Gerais, aos quais confere os poderes da cláusula "ad judícia" e "et extra" para o foro em geral e os especiais, para, em conjunto ou separadamente, representar a Outorgante perante todos os Juízos e Tribunais, nos processos em que a Outorgante compareça como autora, ré, assistente, oponente, denunciada à lide, nomeada à autoria ou chamada ao processo, podendo, os outorgados, receber citações, notificações e intimações judiciais, renunciar, desistir, receber e dar quitação, firmar acordos e compromissos, recorrer, formular exceções, assinar carta de preposição, fazer levantamento de alvará judicial e/ou depósitos judiciais, propor, contestar, transigir, recorrer em ação rescisória, bem como agir na defesa de seus interesses perante repartições públicas e fazendárias federais, estaduais e municipais, inclusive da administração indireta, entidades paraestatais, agências executivas, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, podendo, também, interpor impugnação, manifestação de inconformidade e recurso perante a Receita Federal do Brasil (Secretaria da Receita Federal e Secretaria da Receita Previdenciária), consultar dados da Outorgante, inclusive os protegidos por sigilo fiscal referidos no artigo 3º da Portaria da Receita Federal do Brasil nº 1.860, de 11/10/2010, tirar cópias xerográficas de documentos, ter vistas e retirar processos com carga da Secretaria da Receita Federal, solicitar certidões, documentos e obter informações relativas à regularidade fiscal, dados e valores de débitos, créditos, dívidas e pendências diversas, relatório de restrições de tributos previdenciários, protocolizar documentos e requerer certidão negativa de débito, podendo, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao desempenho deste mandato, e ainda, **substabelecer em parte ou no todo, mas com reserva, a Advogados do quadro da Procuradoria Jurídica da COPASA MG. Assinará este instrumento. Feita sob minuta. Protocolo nº. 1999/2015. Valores referentes a esta Procuração:**





Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas

República Federativa do Brasil

Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais

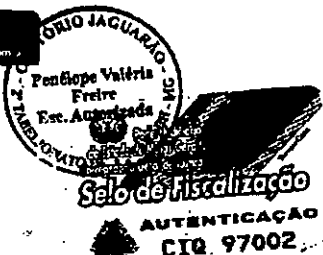
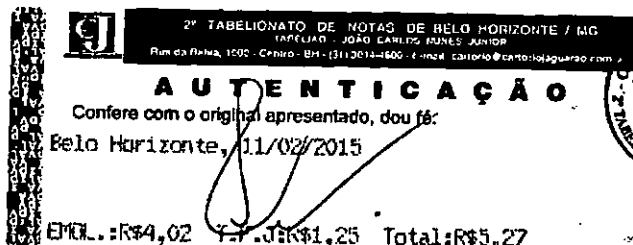
FOLHA - 057

Emolumentos: R\$ 78.15; Taxa de Fisc. Judiciária: R\$ 24.56; Total: R\$ 102.71. Valores referentes a Arquivamento de: 2 folhas: Emolumentos: R\$ 9.60; Taxa de Fisc. Judiciária: R\$ 3.02; Total: R\$ 12.62. Assim disse e me pediu este instrumento, que lido e achado conforme, aceita e assina dispensada a presença de testemunhas, nos termos da Lei Federal nº. 6.952 de 06 de novembro de 1981, do que dou fé. Eu Diogenes Regis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, a escrevi. Dou fé. Eu, Mirian Bomfá Santos Alves, Tabeliã Substituta, a subscrevi. Sinara Inácio Meireles Chenna - Francisco Eduardo de Queiroz Cançado- TRASLADADA EM SEGUIDA.

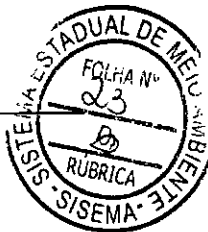
Eu, Karine Siqueira da Mata, tabelião, a subscrevo e assino em público e raso.

Em testº. [assinatura] da verdade.

O TABELIÃO [assinatura]



Rua da Bahia, 1000 - Centro - CEP 30160-011
PABX: (31) 3014-4600 - www.cartoriojaguarao.com.br
Tabelião Titular - João Carlos Nunes Júnior



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.281.106/0001-03 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/08/1966
EMPRESARIAL COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COPASA MG			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 203-8 - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA			
LOGRADOURO R MAR DE ESPANHA		NÚMERO 525	COMPLEMENTO
CEP 30.330-270	BAIRRO/DISTRITO SANTO ANTONIO	MUNICÍPIO BELO HORIZONTE	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MG			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 22/03/2016 às 15:34:43 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar




- a) seja o Auto de Infração **042226/2016** declarado nulo, considerando-o inapto à produção de qualquer efeito no âmbito jurídico, ante aos vícios formais existentes;
- b) seja cancelado o Auto de Infração **042226/2016** e sua correspondente multa, desfazendo-se toda e qualquer relação jurídica que tenha se originado com a lavratura de tal documento, **haja vista a** ausência do nexo de causalidade entre a conduta da Copasa MG e a previsão em norma ambiental, dadas as ocorrências de força maior na região, ou seja excesso de atividade pluviométrica em um curto período de tempo, sem que a Autuada tivesse conhecimento imediato dos fatos no momento de sua ocorrência para a tomada imediata de providências.
- c) eventualmente, e na remota hipótese de entendimento diverso, seja convertida a penalidade de multa em advertência, por não ser a COPASA MG reincidente neste tipo de evento ou, que o valor da multa seja fixado em seu valor mínimo, tendo em conta a completa ausência da definição e valoração das circunstâncias que embasaram a sua fixação.

Em anexo, constam os seguintes documentos:

- a) Procuração e substabelecimento;
- b) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;
- c) Estatuto Social da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG;
- e) Cópia do Auto de Infração 042226/2016;
- f) Certificado LO N°168/2009 NM – LICENÇA AMBIENTAL

Termos em que,
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 22 de março de 2016.


Advª Isabella da Silva Alves
OAB/MG 76.649

Advº Gustavo Reis Aragão Rodrigues
OAB/MG 72.567



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

JUCEMG

SEDE - BELO HORIZONTE

Ato: 007 - 10/09/2015 09:52



15/607.523-7



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300036375

Código da Natureza Jurídica

2038

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG**

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J153458761158

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007	-	-	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
		019	1	ESTATUTO SOCIAL

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

BELO HORIZONTE

Local

Nome: **DR. PEDRO SCARLATANO**
Assinatura: *[Assinatura]*
Telefone de Contato: **3250-1667**

2 Setembro 2015

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☒ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

16/09/15
Data

[Assinatura]
Responsável

☐ NÃO

☐ NÃO

Data

Responsável

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência

☐ Processo deferido

☐ Processo indeferido



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5584245

EM 17/09/2015

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG

PROTOCOLO: 15/607.523-7

001729024

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

16/09/15
Data

[Assinatura]
Vicente de Paula Aletto Dias

Presidente da 6ª Turma

[Assinatura]
Ricardo Ferreira Barouch

Vogal

OBSERVAÇÕES

[Assinatura]
Daniela Gontijo Silva
Analista de Gestão e Registro Empresarial
MASP 123/2015



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

[Assinatura]
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/33



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 02 DE SETEMBRO DE 2015



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
COMPANHIA ABERTA
NIRE 31.300.036.375
CNPJ Nº 17.281.106/0001-03

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2015

1. **Data, Hora e Local:** realizada no dia 02 de setembro de 2015, às 11:00 horas, na sede da Companhia, na rua Mar de Espanha 525, Santo Antônio, CEP 30330-270, na cidade de Belo Horizonte/MG. 2. **Presença:** presentes acionistas representantes de 67,7% (sessenta e sete virgula sete por cento) do capital social com direito a voto, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presentes, também, Sinara Inácio Meireles Chenna, Vice-Presidente do Conselho de Administração, Marco Antônio de Rezende Teixeira, Presidente do Conselho de Administração, e Patrícia Leão Magalhães Ferreira, Chefe do Gabinete da Presidência. 3. **Convocação:** o Edital de Convocação foi publicado, na forma do artigo 124 da Lei Federal nº 6.404/1976, no Diário Oficial de Minas Gerais e no Jornal Diário do Comércio, nas edições de 18, 19 e 20 de agosto de 2015. 4. **Mesa:** assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do Parágrafo Único do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, Marco Antônio de Rezende Teixeira, que convidou Patrícia Leão Magalhães Ferreira, para secretariá-lo. 5. **Ordem do Dia:** (i) alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia. 6. **Quórum de Instalação:** considerando a existência de quórum de instalação para deliberação da ordem do dia, foi instalada a Assembleia Geral Extraordinária. 7. **Deliberação:** (i) após a discussão da matéria, foi deliberado, pelo voto dos acionistas presentes, conforme se segue: (i) aprovar por unanimidade de votos, conforme alínea "w" do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, as alterações do artigo 4º do Estatuto Social da COPASA MG, conforme: alterar o parágrafo primeiro; incluir o parágrafo segundo e renomear o parágrafo segundo para parágrafo terceiro, passando para a seguinte redação: **Parágrafo Primeiro** As atividades da COPASA MG, previstas no seu objeto social, serão desenvolvidas diretamente ou por intermédio de empresas subsidiárias integrais especialmente constituídas para tais fins ou ainda por intermédio de empresas de que participem a COPASA MG ou suas subsidiárias, majoritariamente ou minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** A COPASA MG poderá fornecer apoio operacional, logístico, administrativo e técnico à operação de suas subsidiárias. **Parágrafo Terceiro** As metas estabelecidas na alínea "a" deste artigo 4º poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, mediante justificativa e específica aprovação do Conselho de Administração, até os seguintes limites: a) endividamento líquido consolidado da Companhia poderá atingir, no máximo, 4 vezes o LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia; b) as exigibilidades totais da COPASA MG poderão atingir, no máximo, 1,2 vezes o Patrimônio Líquido; c) o LAJIDA da COPASA MG deverá ser, no mínimo, superior a 1,2 vezes o Serviço da Dívida. 8. **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, lida, conferida, e achada conforme, foi por todos assinada, tendo sido aprovada na forma de sumário, e a publicação com a omissão da assinatura dos acionistas, de acordo com o artigo 130, da Lei Federal nº 6.404/1976. Belo Horizonte, 02 de setembro de 2015. Acionistas presentes na AGE: Presidente: Marco Antônio de Rezende Teixeira; Secretária: Patrícia Leão Magalhães Ferreira; e os seguintes

PMF



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 02 DE SETEMBRO DE 2015



Acionistas: Estado de Minas Gerais, representado pelo advogado Jaime Nápoles Villela; Alexandre Pedercini Issa; Kátia Roque da Silva; Mauricio Pereira de Jesus; Sinara Inácio Meireles Chenna; Paulo Roberto de Araújo representando por procuração o acionista MGI - Minas Gerais Participações S.A. e George Washington Tenório Marcelino, representando por procuração os demais acionistas: Acadian Emerging Markets Equity Fund; Acadian Emerging Markets Equity II Fund, LLC; Acadian Emerging Markets Small Cap Equity Fund LLC; Advanced Series Trust - Ast Goldman Sachs Multi-Asset Portfolio; Advanced Series Trust - Ast Parametric Emerging Markets Equity Portfolio; Advisors Inner Circle Fund - Acadian Emerging Markets Portfolio; Ascension Health Master Pension Trust; Bell Atlantic Master Trust; Best Investment Corporation; Bp Pension Fund; Brunei Investment Agency; California Public Employees Retirement System; Calvert Impact Fund, Inc. - Calvert Global Water Fund; CF Dv Acwi Ex-U.S. Imi Fund; CIBC Latin American Fund; City Of Baltimore Employees Retirement System; City Of Los Angeles Fire And Police Pension Plan; City Of New York Group Trust; College Retirement Equities Fund; Eaton Vance Corp.; Egshares Brazil Infrastructure Etf; Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Fund; Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Non-Lendable Fund; Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Non-Lendable Fund B; Employees' Retirement Fund Of The City Of Fort Worth; Employees Retirement System Of The State Of Hawaii; Ensign Peak Advisors, Inc.; Fidelity Central Investment Portfolios LLC; Fidelity Emerging Markets Equity Central Fund; Fidelity Emerging Markets Equity Investment Trust; Fidelity Investment Trust; Fidelity Emerging Markets Discovery Fund; Fidelity Investment Trust; Fidelity Series Emerging Markets Fund; Fidelity Investment Trust; Fidelity Total Emerging Markets Fund; Firefighters Retirement System; First Trust Emerging Markets Small Cap Alphadex Fund; Franciscan Alliance, Inc; FSS Trustee Corporation; GMO Emerging Markets Equity Fund, A Sub Fund Of GMO Funds Plc; GMO International Small Companies Fund; Government Pension Fund; Illinois State Board Of Investment; Ishares MSCI Brazil Small Cap Etf; Ishares MSCI Emerging Markets Small Cap Index Fund; J.P. Morgan Europe Limited As Trustees Of Schroder Qep Global Emerging Markets Fund; Kleinwort Benson Investors Institutional Fund Public Limited Company; Kleinwort Benson Investors Master Investment Fund; LSV Emerging Markets Equity Fund, L.P.; LSV Emerging Markets Small Cap Equity Fund, Lp; LSV Global Concentrated Value Fund, Lp; LSV Global Cv Equity Fund, Lp; LSV International (Ac) Value Equity Fund, Lp; Mainstay Emerging Markets Opportunities Fund; Market Vectors Brazil Small-Cap Etf; Maryland State Retirement & Pension System; Mellon Bank N.A Employee Benefit Collective Investment Fund Plan; Mgi Funds Plc; Missouri Education Pension Trust; National Westminster Bank Plc As D Of Premier Global Power & Water F A Sub F Premier Growth F Icvc; New York State Common Retirement Fund; New Zealand Superannuation Fund; Norges Bank; Ntgi - Qm Common Daily All Country World Ex-Us Investable Market Index Fund - Lending; Ntgi-Qm Common Emerging Markets Small Cap Index Fund - Lending; Pictet - Water; Public Employee Retirement System Of Idaho; Public Employees Retirement System Of Ohio; Raytheon Company Master Trust; Robeco Portfolio Trust - Sam Sustainable Water Portfolio; Russell Institutional Funds, LLC - Russell Emerging Markets Equity Plus Fund; Ssga MSCI Emerging Markets Small Cap Index Non-Lending Common Trust Fund; Stagecoach Group Pension Scheme; State Of New Mexico State Investment Council; State Of Wisconsin Investment Board Master Trust; State Street Bank And Trust Company Investment Funds For Tax Exempt Retirement Plans; State Street Bk & Tr Co Inv Fd F Tax Exempt Ret Plans - MSCI Em Mkts Small

PMF 2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL

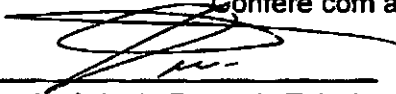


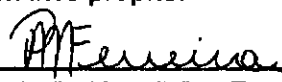
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 02 DE SETEMBRO DE 2015



Cap Index Sec Lending Fd; State Street Global Advisors Luxembourg Sicav - Ssga Enhanced Emerging Markets Equity Fund; State University Retirement System; Teachers Retirement System Of Louisiana; Teachers Retirement System Of The State Of Illinois; The Chicago Public School Teachers Pension And Retirement Fund; The GMO Emerging Markets Fund; The Government Of The Province Of Alberta; The Illinois Municipal Employees Retirement Fund; The Monetary Authority Of Singapore; The Pension Reserves Investment Management Board; The State Teachers Retirement System Of Ohio; Uaw Retiree Medical Benefits Trust; Utah State Retirement Systems; Vanguard FTSE All-World Ex-Us Small-Cap Index Fund, A Series Of Vanguard International Equity Index; Vanguard Total International Stock Index Fund, A Series Of Vanguard Star Funds; Vanguard Total World Stock Index Fund, A Series Of Vanguard International Equity Index Funds; Virginia Retirement System; Virtus Essential Resources Fund; Washington State Investment Board e WSIB Investments Public Equities Pooled Fund Trust.

Confere com a original lavrada em livro próprio.


Marco Antônio de Rezende Teixeira
Presidente


Patrícia Leão Magalhães Ferreira
Secretária



Acionistas Presentes na AGE	Nº de Votos
ESTADO DE MINAS GERAIS	61.188.867
ALEXANDRE PEDERCINI ISSA	10
KATIA ROQUE DA SILVA	1
MARCO ANTONIO REZENDE DE TEIXEIRA	1
MAURICIO PEREIRA DE JESUS	669
PATRICIA LEO MAGALHAES FERREIRA	1
SINARA INÁCIO MEIRELES CHENNA	1
MGI MINAS GERAIS PARTICIPACOES S/A	154.640
ACADIAN EMERGING MARKETS EQUITY FUND	27.800
ACADIAN EMERGING MARKETS EQUITY II FUND, LLC	136.300
ACADIAN EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND LLC	121.300
ADVANCED SERIES TRUST - AST GOLDMAN SACHS MULTI-ASSET PORTFOLIO	3.500
ADVANCED SERIES TRUST - AST PARAMETRIC EMERGING MARKETS EQUITY PORTFOLIO	19.000
ADVISORS INNER CIRCLE FUND - ACADIAN EMERGING MARKETS PORTFOLIO	115.100
ASCENSION HEALTH MASTER PENSION TRUST	33.800
BELL ATLANTIC MASTER TRUST	28.300
BEST INVESTMENT CORPORATION	126.900
BP PENSION FUND	23.200
BRUNEI INVESTMENT AGENCY	180.500
CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM	291.600
CALVERT IMPACT FUND, INC. - CALVERT GLOBAL WATER FUND	1.014.500
CF DV ACWI EX-U.S. IMI FUND	700
CIBC LATIN AMERICAN FUND	9.500
CITY OF BALTIMORE EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM	7.073
CITY OF LOS ANGELES FIRE AND POLICE PENSION PLAN	74.902
CITY OF NEW YORK GROUP TRUST	93.200
COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND	55.765
EATON VANCE CORP.	300
EGSHARES BRAZIL INFRASTRUCTURE ETF	34.278
EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND	21.000
EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND	136.100
EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND B	33.100
EMPLOYEES' RETIREMENT FUND OF THE CITY OF FORT WORTH	50.900
EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF HAWAII	58.300
ENSIGN PEAK ADVISORS, INC.	393.200
FIDELITY CENTRAL INVESTMENT PORTFOLIOS LLC: FIDELITY EMERGING MARKETS EQUITY CENTRAL FUND	39.830
FIDELITY EMERGING MARKETS EQUITY INVESTMENT TRUST	97.300
FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY EMERGING MARKETS DISCOVERY FUND	50.290
FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY SERIES EMERGING MARKETS FUND	3.109.250
FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY TOTAL EMERGING MARKETS FUND	12.946
FIREFIGHTERS RETIREMENT SYSTEM	11.200
FIRST TRUST EMERGING MARKETS SMALL CAP ALPHADDEX FUND	39.730
FRANCISCAN ALLIANCE, INC	14.400
FSS TRUSTEE CORPORATION	1.800.000
GMO EMERGING MARKETS EQUITY FUND, A SUB FUND OF GMO FUNDS PLC	111.400
GMO INTERNATIONAL SMALL COMPANIES FUND	2.900
GOVERNMENT PENSION FUND	165.120
ILLINOIS STATE BOARD OF INVESTMENT	226.349
ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF	102.400
ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP INDEX FUND	9.600

PMF



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 02 DE SETEMBRO DE 2015



Acionistas Presentes na AGE	Nº de Votos
J.P. MORGAN EUROPE LIMITED AS TRUSTEES OF SCHRODER QEP GLOBAL EMERGING	17.500
KLEINWORT BENSON INVESTORS INSTITUTIONAL FUND PUBLIC LIMITED COMPANY	394.500
KLEINWORT BENSON INVESTORS MASTER INVESTMENT FUND	92.000
LSV EMERGING MARKETS EQUITY FUND, L.P.	520.800
LSV EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND, LP	73.300
LSV GLOBAL CONCENTRATED VALUE FUND, LP	28.900
LSV GLOBAL CV EQUITY FUND, LP	64.600
LSV INTERNATIONAL (AC) VALUE EQUITY FUND, LP	35.600
MAINSTAY EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND	4.400
MARKET VECTORS BRAZIL SMALL-CAP ETF	222.200
MARYLAND STATE RETIREMENT & PENSION SYSTEM	11.178
MELLON BANK N.A EMPLOYEE BENEFIT COLLECTIVE INVESTMENT FUND PLAN	900
MGI FUNDS PLC	307.300
MISSOURI EDUCATION PENSION TRUST	12.200
NATIONAL WESTMINSTER BANK PLC AS D OF PREMIER GLOBAL POWER & WATER F A SUB F PREMIER GROWTH F ICVC	15.000
NEW YORK STATE COMMON RETIREMENT FUND	66.288
NEW ZEALAND SUPERANNUATION FUND	81.800
NORGES BANK	801.550
NTGI - QM COMMON DAILY ALL COUNTRY WORLD EX-US INVESTABLE MARKET INDEX FUND - LENDING	1.692
NTGI-QM COMMON EMERGING MARKETS SMALL CAP INDEX FUND - LENDING	3.600
PICTET - WATER	3.192.300
PUBLIC EMPLOYEE RETIREMENT SYSTEM OF IDAHO	196.000
PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO	77.314
RAYTHEON COMPANY MASTER TRUST	91.200
ROBEKO PORTFOLIO TRUST - SAM SUSTAINABLE WATER PORTFOLIO	131.300
RUSSELL INSTITUTIONAL FUNDS, LLC - RUSSELL EMERGING MARKETS EQUITY PLUS FUND	19.152
SSGA MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP INDEX NON-LENDING COMMON TRUST	16.400
STAGECOACH GROUP PENSION SCHEME	250.250
STATE OF NEW MEXICO STATE INVESTMENT COUNCIL	66.700
STATE OF WISCONSIN INVESTMENT BOARD MASTER TRUST	120.800
STATE STREET BANK AND TRUST COMPANY INVESTMENT FUNDS FOR TAX EXEMPT RETIREMENT PLANS	65.400
STATE STREET BK & TR CO INV FD F TAX EXEMPT RET PLANS - MSCI EM MKTS SMALL CAP INDEX SEC LENDING FD	64.200
STATE STREET GLOBAL ADVISORS LUXEMBOURG SICAV - SSGA ENHANCED EMERGING MARKETS EQUITY FUND	24.100
STATE UNIVERSITY RETIREMENT SYSTEM	31.393
TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF LOUISIANA	121.700
TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS	51.502
THE CHICAGO PUBLIC SCHOOL TEACHERS PENSION AND RETIREMENT FUND	27.334
THE GMO EMERGING MARKETS FUND	1.365.500
THE GOVERNMENT OF THE PROVINCE OF ALBERTA	128.600
THE ILLINOIS MUNICIPAL EMPLOYEES RETIREMENT FUND	147.532
THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE	86.700
THE PENSION RESERVES INVESTMENT MANAGEMENT BOARD	18.232
THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO	537.769
UAW RETIREE MEDICAL BENEFITS TRUST	137.959
UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS	18.900

PMF



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

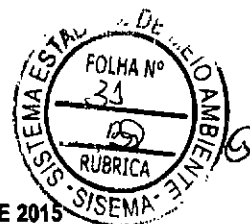
Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral

pág. 6/33



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 02 DE SETEMBRO DE 2015



Acionistas Presentes na AGE	Nº de Votos
VANGUARD FTSE ALL-WORLD EX-US SMALL-CAP INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX	86.598
VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD STAR FUNDS	476.465
VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS	11.500
VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM	147.290
VIRTUS ESSENTIAL RESOURCES FUND	2.900
WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD	12.100
WSIB INVESTMENTS PUBLIC EQUITIES POOLED FUND TRUST	107.900
TOTAL	80.815.321

Belo Horizonte, 02 de setembro de 2015.

Confere com a original lavrada em livro próprio

Marco Antônio de Rezende Teixeira
Presidente

Patrícia Leão Magalhães Ferreira
Secretária



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



Companhia de Saneamento de Minas Gerais



ESTATUTO SOCIAL
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
COPASA MG

BELO HORIZONTE MINAS GERAIS - BRASIL

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 8/33



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG

NIRE 31.300.036.375

CNPJ/MF nº 17.281.106/0001-03

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Prazo e Objeto

Artigo 1º A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, sociedade de economia mista por ações, de capital autorizado, sob controle acionário do Estado de Minas Gerais, constituída nos termos da Lei nº 2.842, de 5 de julho de 1963, compete planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único Para os efeitos deste Estatuto considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

- a) abastecimento de água potável, constituído pelas atividades necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- b) esgotamento sanitário, constituído pelas atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, constituídos pelas atividades de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e da limpeza de logradouros e vias públicas.

Artigo 2º A Companhia tem sede e foro na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e terá prazo de duração indeterminado.

Parágrafo único Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização de suas atividades em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º Para realização de seu objeto social a COPASA MG deverá investir em projetos de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e desenvolvimento empresarial, que em seu conjunto garantam à Companhia retorno real superior ou igual ao seu custo de capital.

Artigo 4º Para o cumprimento de suas finalidades institucionais, poderá a COPASA MG:

- a) contrair empréstimo ou financiamento com instituição financeira ou agência de fomento nacional ou internacional, obrigando-se à contrapartida, se for o caso,

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015



observadas as condições estabelecidas na Política de Endividamento da Companhia, conforme segue:

1. o endividamento líquido consolidado da COPASA MG deve ser igual ou inferior a 3 vezes o LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização);
 2. as Exigibilidades Totais da COPASA MG devem ser iguais ou inferiores ao Patrimônio Líquido; e
 3. o LAJIDA da COPASA MG deve ser superior a 1,2 vezes o Serviço da Dívida.
- b) propor desapropriações;
- c) promover encampação de serviços;
- d) receber doações e subvenções;
- e) atuar no Brasil e no exterior;
- f) firmar convênio e formar consórcio ou qualquer outra forma de parceria com pessoas de direito público ou privado;
- g) celebrar contratos, inclusive de programa, de concessão e de permissão de serviço público;
- h) subcontratar parte de suas atividades, observado o disposto no art. 72 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no § 1º do art. 25 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- i) contratar empresa prestadora de serviço ou executora de obras que não tenha como objeto social a prestação de serviços de saneamento básico;
- j) executar serviços de montagem, recuperação e ensaios inerentes à verificação inicial e após reparo de medidores de água e esgoto, vedada em qualquer hipótese a sua comercialização.

Parágrafo Primeiro As atividades da COPASA MG, previstas no seu objeto social, serão desenvolvidas diretamente ou por intermédio de empresas subsidiárias integrais especialmente constituídas para tais fins ou ainda por intermédio de empresas de que participem a COPASA MG ou suas subsidiárias, majoritariamente ou minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo A COPASA MG poderá fornecer apoio operacional, logístico, administrativo e técnico à operação de suas subsidiárias.

Parágrafo Terceiro As metas estabelecidas na alínea "a" deste artigo 4º poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, mediante justificativa e específica aprovação do Conselho de Administração, até os seguintes limites:

- a) endividamento líquido consolidado da Companhia poderá atingir, no máximo, 4 vezes o LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia;

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 10/33



b) as exigibilidades totais da COPASA MG poderão atingir, no máximo, 1,2 vezes o Patrimônio Líquido;

c) o LAJIDA da COPASA MG deverá ser, no mínimo, superior a 1,2 vezes o Serviço da Dívida.

Artigo 5º A Companhia se regerá pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis às sociedades por ações, incluindo a Lei nº 6.404/76 (a "Lei das Sociedades por Ações"), conforme alterada.

Parágrafo Primeiro Com a admissão da Companhia no Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA S.A., sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (o "Regulamento do Novo Mercado").

Parágrafo Segundo As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Parágrafo Terceiro A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Imobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA.

CAPÍTULO II

Capital Social e Ações

Artigo 6º O capital social da Companhia é de R\$2.773.985.614,66 (dois bilhões, setecentos e setenta e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quatorze reais e sessenta e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 119.684.430 (cento e dezenove milhões, seiscentas e oitenta e quatro mil, quatrocentas e trinta) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias.

Parágrafo Segundo Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo Terceiro As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo Quarto As ações são escriturais e serão mantidas em conta de depósito em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em nome

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

4

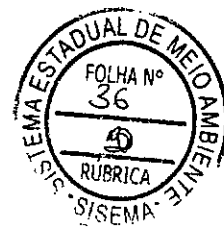


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 11/33



Q

de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo o custo de transferência e averbação, assim como o serviço relativo às ações custodiadas, ser cobrado do acionista.

Parágrafo Quinto Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 7º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal.

Parágrafo Primeiro A Companhia poderá emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo Segundo A critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 8º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 9º A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

CAPÍTULO III **Assembleias Gerais**

Artigo 10 Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto.

Parágrafo único As reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência, e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por seu substituto, e secretariadas

AYF

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

5





Q

por um acionista escolhido pelo Presidente da Assembleia dentre os presentes à reunião.

Artigo 11 Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá depositar na Companhia, com antecedência mínima de 3 (três) dias corridos, contados da data da realização da respectiva assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

Parágrafo único O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

Artigo 12 As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

CAPÍTULO IV **Da Administração**

Artigo 13 A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto.

Parágrafo único A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Conselho de Administração

Artigo 14 O Conselho de Administração será composto por no mínimo 05 (cinco) e no máximo 09 (nove) membros, dos quais um será o seu Presidente e outro o seu Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro A Assembleia Geral determinará, pelo voto da maioria absoluta, não se computando os votos em branco, previamente à sua eleição, o número de cargos do Conselho de Administração da Companhia a serem preenchidos em cada exercício, observado o mínimo de 5 (cinco) membros.

Parágrafo Segundo O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 20% (vinte por cento) de conselheiros independentes, os quais devem ser expressamente declarados como tais na Assembleia que os eleger. Considera-se

MF

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

6



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 13/33



Q

independente o conselheiro que (i) não tiver qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação no capital social; (ii) não for acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau do acionista controlador, não for e não tiver sido nos últimos 3 (três) anos vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao acionista controlador (excluem-se desta restrição pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (iii) não tiver sido nos últimos 3 (três) anos empregado ou diretor da Companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não for funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não for cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (excluem-se desta restrição proventos em dinheiro oriundos de eventual participação no capital); ou (viii) o conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Terceiro Quando em decorrência da observância do percentual definido no parágrafo acima, resultar em número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto Não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia, aquele que: (i) for empregado ou ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia; (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; ou (iii) tiver no Conselho de Administração, na Diretoria Executiva, ou no Conselho Fiscal, parente consanguíneo ou afim até 3º (terceiro) grau.

Parágrafo Quinto Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo Sexto O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado de 1 (um) ano, salvo destituição, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 15 Os membros do Conselho de Administração tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas do Conselho de Administração, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstas nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações.

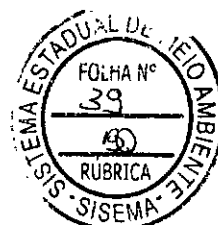
Artigo 16 A remuneração global ou individual do Conselho de Administração será anualmente fixada pela Assembleia Geral.

PIF

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

7





Parágrafo único No caso da Assembleia fixar a remuneração global caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição.

Artigo 17 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente, e extraordinariamente, sempre que necessário.

Artigo 18 As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente ou por seu Vice-Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho.

Parágrafo único Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros por si ou representados na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 19 deste Estatuto.

Artigo 19 As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

Parágrafo Primeiro As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

Parágrafo Segundo No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado, para completar o respectivo mandato, por Assembleia Geral Extraordinária.

Parágrafo Quarto Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.

Artigo 20 As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros em exercício, computados os votos proferidos

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

8

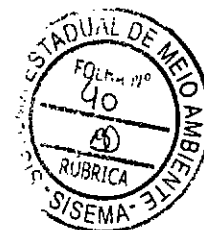


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL

pág. 15/33



na forma do Artigo 19, Parágrafo Segundo deste Estatuto, sendo que, no caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.

Artigo 21 As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação e a degravação das mesmas. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo Primeiro Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do Artigo 19, Parágrafo Segundo deste Estatuto, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Segundo Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo Terceiro O Conselho de Administração poderá admitir, em suas reuniões outros participantes, com a finalidade de prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Artigo 22 Compete ao Conselho de Administração:

- a) eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- b) fixar as atribuições dos Diretores, bem como definir os assuntos, as unidades organizacionais e as competências que ficarão sob sua responsabilidade, observadas as disposições aplicáveis deste Estatuto;
- c) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- d) aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais, e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia;
- e) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- f) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

9



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 16/33



Q

- g) manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária;
- h) aprovar o plano de organização da Companhia, bem como a emissão e modificação de quaisquer normas e regulamentos de organização interna da Companhia;
- i) aprovar a metodologia a ser aplicada nos estudos de viabilidade econômico-financeira;
- j) aprovar a metodologia do cálculo para o custo de capital da Empresa, bem como a periodicidade para sua revisão;
- k) aprovar novas concessões cujo Valor Presente Líquido - VPL, conforme o estudo de viabilidade econômico-financeira realizado pela Companhia, seja negativo;
- l) aprovar o plano de cargos e salários da Companhia e seu regulamento;
- m) aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no Orçamento Anual aprovado, de valores iguais ou superiores a R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais), limitados a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). A aprovação de investimentos ou despesas, acima desse valor, cabe à Assembleia Geral;
- n) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre exclusão de bens imóveis do ativo permanente da Companhia, por motivo de alienação e inutilidade aos serviços;
- o) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação, de dispensa e de inexigibilidade de licitação, bem como os termos aditivos das respectivas contratações e as homologações de processo administrativo licitatório, de valor igual ou superior a R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais), limitados a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). A autorização para instauração desses processos administrativos, acima desse valor, cabe à Assembleia Geral;
- p) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre convênios e contratos não previstos na alínea "o" envolvendo empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, bem como os termos aditivos das respectivas contratações, de valor igual ou superior a R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais), limitados a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). A deliberação sobre esses convênios e contratos, acima desse valor, cabe à Assembleia Geral;
- q) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a utilização de bens móveis para a prestação de garantias a terceiros, no valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- r) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a aquisição e constituição de ônus reais sobre bens imóveis de qualquer valor;
- s) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), limitados a

RIF

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

10



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL

pág. 17/33



9

R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). A autorização desses procedimentos, acima desse valor, cabe à Assembleia Geral;

- t) escolher e destituir auditores independentes;
- u) deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria Executiva;
- v) propor à deliberação da Assembleia Geral a distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio e a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício, incluindo-se neste a participação dos empregados nos lucros;
- w) submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, ou com integralização em bens, bem como de reforma do Estatuto Social;
- x) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, e sobre a colocação, preço e condições de integralização de ações, debêntures conversíveis e bônus de subscrição, nos limites do capital autorizado, inclusive para a outorga de opção de compra de ações nos termos deste Estatuto;
- y) deliberar sobre a oportunidade da emissão de debêntures, o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures a serem emitidas, a época, as condições de pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso das debêntures, se houver, bem como a época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures;
- z) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- aa) manifestar a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações, quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- bb) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- cc) propor à Assembleia Geral a emissão de títulos de dívida no mercado internacional e de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

RIF

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

11



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 18/33



Q

dd) propor à Assembleia Geral a emissão de notas promissórias (*commercial papers*) para distribuição pública no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

ee) propor à Assembleia Geral a declaração de dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais leis aplicáveis;

ff) dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições deste Estatuto;

gg) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado.

Parágrafo único Qualquer Conselheiro poderá solicitar que a alteração das atribuições dos Diretores, conforme previsto na alínea "b" deste artigo, seja submetida à deliberação da Assembleia Geral, que será convocada na forma estatutária.

Artigo 23 O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá estabelecer a formação de Comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos, sendo integrados por membros dos órgãos de administração da Companhia ou não.

Parágrafo único Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos Comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Diretoria Executiva

Artigo 24 A Diretoria Executiva será composta por até 11 (onze) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, que terão as seguintes designações, sendo autorizada a acumulação de funções por um mesmo Diretor: Diretor Presidente; Diretor Vice-Presidente; e até 9 (nove) Diretores, cujas áreas de atuação e atribuições serão definidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único Em caso de eleição de empregado da Companhia, para exercer o cargo de Diretor, seu contrato de trabalho ficará, obrigatoriamente, suspenso.

Artigo 25 O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos, e terminará na data de realização da terceira Assembleia Geral Ordinária subsequente à Reunião do Conselho de Administração que os tiver eleito. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Parágrafo único Não poderá ser eleito para a Diretoria Executiva, salvo dispensa da Assembleia, aquele que tiver no Conselho de Administração, na Diretoria Executiva, ou no Conselho Fiscal, parente consanguíneo ou afim até 3º (terceiro) grau.

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

12



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

SECRETÁRIA-GERAL

pág. 19/33



9

Artigo 26 A remuneração global ou individual da Diretoria Executiva será anualmente fixada pela Assembleia Geral.

Parágrafo único No caso da Assembleia fixar a remuneração global caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição.

Artigo 27 Os membros da Diretoria Executiva tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo no livro de Atas da Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstas nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 28 A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente pelo menos 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por 2/3 (dois terços) dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Primeiro No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Segundo Ocorrendo vaga na Diretoria, compete à Diretoria Executiva indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato original.

Parágrafo Terceiro Os Diretores poderão usufruir, a cada ano calendário, de licença remunerada por até 30 (trinta) dias, consecutivos ou não, concedida pela Diretoria Executiva não cumulativa com férias remuneradas. Compete à Diretoria Executiva indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído.

Parágrafo Quarto Os Diretores poderão usufruir, durante o seu mandato, de licença não remunerada por até 90 (noventa dias), consecutivos ou não, concedida pelo Conselho de Administração. Compete ao Conselho de Administração, por indicação do Diretor Presidente, eleger pessoa, não estranha à Companhia, para exercer o cargo durante o afastamento do seu titular. Findo o prazo da licença concedida, o Diretor licenciado será automaticamente reconduzido ao seu cargo, para concluir seu mandato original.

Parágrafo Quinto Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo nos casos previstos nos parágrafos terceiro e quarto.

MF

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

13



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X00O Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 20/33



Parágrafo Sexto As reuniões da Diretoria Executiva poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria Executiva deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo Sétimo Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria Executiva ou que tenham se manifestado na forma Parágrafo Primeiro deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Artigo 29 As deliberações nas reuniões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 28, Parágrafo Primeiro deste Estatuto, sendo que, no caso de empate, caberá ao Diretor Presidente o voto de qualidade.

Artigo 30 Compete à Diretoria Executiva a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do presente Estatuto, quanto à forma de representação e à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo Primeiro Compete ao Diretor Presidente:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) exercer a direção da sociedade, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- c) coordenar o planejamento global da Companhia, inclusive a elaboração dos planos de negócios e orçamentos anuais e os planos plurianuais, operacionais e de

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

14



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 21/33



Q

investimento da Companhia a serem submetidos ao Conselho de Administração, e dirigir os trabalhos da Companhia;

d) definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;

e) elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;

f) propor ao Conselho de Administração a criação, fixação de vencimentos e a extinção de novo cargo ou função;

g) prover pessoal adequado às necessidades da Companhia dentro das disponibilidades orçamentárias existentes;

h) conferir outras atribuições aos Diretores no interesse da Companhia, observado o disposto neste Estatuto e nas deliberações do Conselho de Administração a este respeito;

i) todos os demais atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja pelo presente Estatuto atribuída a competência à Diretoria Executiva.

Parágrafo Segundo Compete ao Diretor Vice-Presidente auxiliar o Diretor Presidente em suas funções, na gestão da Companhia.

Artigo 31 Compete à Diretoria Executiva:

a) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

b) aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais, e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia, a serem submetidos ao Conselho de Administração, bem como suas atualizações e revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;

c) aprovar novas concessões cujo Valor Presente Líquido - VPL, conforme o estudo de viabilidade econômico-financeira realizado pela Companhia, calculado de acordo com a metodologia aprovada pelo Conselho de Administração, seja positivo. Os casos de VPL negativo deverão ser submetidos ao Conselho Administração.

d) aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no Orçamento Anual aprovado, de valores iguais ou superiores a R\$1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais) e inferiores a R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais);

e) autorizar a exclusão de bens móveis do ativo permanente, no valor de até R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais), por motivo de alienação, bem como por destruição, perda e extravio;

f) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação, de dispensa e de inexigibilidade de licitação, bem como os termos aditivos das respectivas contratações e as homologações de processo administrativo licitatório, de valores iguais ou superiores a R\$1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais) e inferiores a

[Handwritten signature]

RAF

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

15



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

[Handwritten signature]
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 22/33



R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais);

- g) aprovar convênios e contratos não previstos na alínea "f" envolvendo empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, bem como os termos aditivos das respectivas contratações, que individualmente ou em conjunto apresentem valores iguais ou superiores a R\$1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais) e inferiores a R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais);
- h) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais, de valor inferior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);
- i) autorizar as provisões contábeis da Companhia, independentemente de seu valor, mediante proposta do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores;
- j) convocar reuniões do Conselho de Administração na ausência do seu Presidente ou de seu Vice-Presidente;
- k) autorizar a transferência de ativos às Concessionárias de Energia Elétrica, observada a legislação que rege a matéria.

Artigo 32 A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

- a) pelo Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor ou com 1 (um) procurador com poderes especiais devidamente constituído;
- b) por 2 (dois) Diretores, indistintamente, ou por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador devidamente constituído, para a movimentação de recursos financeiros da Companhia, endossos e aceites cambiais;
- c) por 2 (dois) procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos; e
- d) por 1 (um) só Diretor ou 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído, para a prática dos seguintes atos:
 - 1. representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades de classes, bem como nas Assembleias Gerais de Acionistas das sociedades nas quais a Companhia participe;
 - 2. endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia;
 - 3. movimentação de contas bancárias instituídas fora da sede da Companhia; e
 - 4. de representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados, e para acordos trabalhistas.
- e) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) Chefe de Departamento ou 1 (um) Superintendente, para a prática dos seguintes atos:

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

16



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 23/33



1. firmar convênio para: cooperação técnica e científica que não impliquem em ônus para a Companhia; apadrinhamento de entidade social; repasse de valores arrecadados pelo Programa CONFIA EM 6%, ou o que vier a substituí-lo;
2. firmar contrato de: fornecimento de energia elétrica; locação; prestação de serviços pela COPASA MG; fixação de subvenção a entidades de assistência social; termo de acerto ou encontro de contas; termo de cessão, permissão ou concessão de uso gratuito para a COPASA MG; termo de compromisso e responsabilidade de uso ou ocupação de faixa de domínio; termo de credenciamento; termo de doação; e termo de depósito de materiais.

Parágrafo único As procurações serão outorgadas em nome da Companhia pela assinatura do Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

Artigo 33 Compete a cada Diretor:

- a) executar as atribuições relativas à sua área de atuação, responsabilizando-se pelo cumprimento das deliberações e das diretrizes do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- b) participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela sociedade e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação;
- c) outras atribuições que lhes forem determinadas pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Primeiro Os Diretores, além dos deveres e responsabilidades próprios, serão gestores nas áreas que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo Ao Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores compete, adicionalmente, responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às Bolsas de Valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

CAPÍTULO V

Do Conselho Fiscal

Artigo 34 A Companhia terá um Conselho Fiscal que funcionará em caráter permanente, e terá de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos, dos quais um será o Presidente e o outro o seu Vice-Presidente, e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária. O mandato dos membros do Conselho Fiscal será unificado de 1 (um) ano, salvo destituição, podendo ser reeleitos. Os Membros do Conselho Fiscal, permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

17



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 24/33



Q

e posse de seus sucessores. O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei.

Parágrafo Primeiro A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitados os limites legais.

Parágrafo Terceiro No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho Fiscal, este será substituído pelo respectivo suplente.

Parágrafo Quarto Ocorrendo vaga no Conselho Fiscal, este órgão deverá convocar Assembleia Geral Extraordinária, com base na prerrogativa do Artigo 163, V da Lei das Sociedades Anônimas, com o objetivo de eleger um substituto e respectivo suplente para exercer o cargo até o término do mandato do Conselho Fiscal.

Parágrafo Quinto As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho Fiscal que participarem remotamente da reunião deverão expressar e formalizar seus votos, ou pareceres por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente, uma vez por ano, e extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente e em sua ausência por seu Vice-Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante notificação escrita e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo Sexto Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros Fiscais fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal da Companhia. Os votos ou pareceres manifestados pelos Conselheiros que participarem remotamente da reunião ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Quinto in fine deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto ou parecer do Conselheiro Fiscal, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Sétimo As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas por seu Presidente e em sua ausência por seu Vice-Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho.

MF

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

18



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL

pág. 25/33



Parágrafo Oitavo As reuniões do Conselho Fiscal somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros, incluindo os suplentes no caso de ausência de membros titulares.

Parágrafo Nono As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho Fiscal, e na sua ausência, por seu Vice-Presidente ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes e secretariadas pelo Chefe do Gabinete da Presidência e, na sua ausência, por empregado indicado pelo Diretor Presidente da Companhia.

CAPÍTULO VI

Do Exercício Social, Lucros e Dividendos

Artigo 35 O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.

Artigo 36 O lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação:

- a) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, I, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório;
- c) o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste Artigo, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de acionistas com base na proposta da administração, conforme o disposto no Artigo 176, Parágrafo terceiro e 196 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as disposições contidas no Artigo 134, Parágrafo quarto da referida Lei. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas.

Artigo 37 A Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 38 A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

RF

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

19



9

Artigo 39 Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

Artigo 40 A Companhia poderá conceder doações e subvenções a entidades beneficentes, desde que previamente autorizada pela Assembleia Geral, justificadamente.

CAPÍTULO VII

Da Responsabilidade dos Administradores

Artigo 41 Os administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente Estatuto.

Artigo 42 A Companhia, nos casos em que não tomar o pólo ativo das ações, assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, por meio de sua unidade Jurídica ou por terceiros contratados, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra seus administradores, durante ou após os respectivos mandatos, até o final do prazo prescricional de responsabilidade desses administradores, por atos relacionados com o exercício de suas funções próprias.

Parágrafo Primeiro A garantia prevista no *caput* deste Artigo estende-se aos empregados da Companhia e a seus mandatários legalmente constituídos, que atuarem em nome da Companhia.

Parágrafo Segundo Se o membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, o Diretor ou o empregado for condenado, com decisão transitada em julgado, baseada em violação de lei ou deste Estatuto ou em decorrência de sua culpa ou dolo, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas e prejuízos a ela causados.

Parágrafo Terceiro Quando a Companhia não indicar, tempestivamente, um Advogado para a defesa de membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva ou empregado, se este for absolvido, fará jus ao ressarcimento das custas e honorários advocatícios despendidos na ação.

Parágrafo Quarto A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, contratar em favor dos membros do seu Conselho de Administração e de seus Diretores, seguro para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de seus cargos.

MF

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

20



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 27/33



9

CAPÍTULO VIII

Da Alienação do Controle Acionário

Artigo 43 É vedada a alienação, direta ou indireta, por parte do Estado de Minas Gerais, do controle da Companhia, inclusive por acordo de acionistas que trate do exercício de poder de controle, salvo na hipótese prevista no inciso II do § 4º do artigo 14 da Constituição do Estado.

Artigo 44 Ocorrendo a hipótese prevista no inciso II do § 4º do artigo 14 da Constituição do Estado ou sua alteração, a alienação, direta ou indireta, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição suspensiva ou resolutiva de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista alienante.

Parágrafo Primeiro A oferta pública referida neste Artigo também deverá ser realizada nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia.

Parágrafo Segundo A oferta pública de aquisição de ações referida neste Artigo será exigida em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia para terceiro. Nessa hipótese, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia pela alienação do seu controle, anexando documentação que comprove esse valor.

Artigo 45 Aquele que adquirir o poder de controle da Companhia, em razão de contrato particular celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar oferta pública nos termos do Artigo 44 deste Estatuto, e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa, nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Artigo 46 A Companhia não registrará transferências de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

PAF

0

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

21



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/807.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral

pág. 28/33



Parágrafo único Da mesma forma, nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores referido no *caput* deste Artigo.

CAPÍTULO IX

Da Saída do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA e do Cancelamento do Registro de Companhia Aberta

Artigo 47 Deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 51, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro A oferta pública prevista neste Artigo observará as regras aplicáveis previstas em lei, as regras de oferta pública de aquisição de ações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo A saída da Companhia do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora desse segmento especial de listagem, deverá ser previamente aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, devendo a notícia da realização da oferta pública referida no *caput* deste Artigo ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado, imediatamente após a realização dessa Assembleia.

Parágrafo Terceiro Caso a saída da Companhia do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ocorra em virtude de reorganização societária na qual a companhia resultante da reorganização não seja admitida à negociação no Novo Mercado, a notícia da realização da oferta pública referida no *caput* deste Artigo deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado, imediatamente após a realização da assembleia geral que tiver aprovado a referida reorganização.

Artigo 48 Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

22

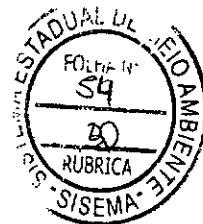


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SECRETARIA GERAL

pág. 29/33



Q

Parágrafo Primeiro A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo Segundo Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 49 A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 51 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse artigo.

Parágrafo Segundo Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado, referida no *caput*, decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

Parágrafo Terceiro Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado, referida no *caput*, ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto Caso a assembleia geral mencionada no Parágrafo Terceiro acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 50 No caso de oferta pública de aquisição de ações realizada pelo acionista controlador ou pela Companhia com vistas ao cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 51, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 51 O laudo de avaliação de que trata este Capítulo deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionista controlador, além

MF

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

23

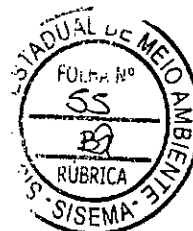


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 30/33



de satisfazer os requisitos do Parágrafo Primeiro do Artigo 8º, da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo sexto do mesmo Artigo.

Parágrafo Primeiro A escolha da empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação de que trata este Capítulo é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista triplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes naquela assembleia, a qual, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação, ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação. Consideram-se em circulação todas as ações emitidas pela Companhia, exceto as detidas pelo acionista controlador, por pessoas a ele vinculadas, pelos administradores da Companhia e aquelas mantidas em tesouraria.

Parágrafo Segundo Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão integralmente arcados pelo ofertante.

CAPÍTULO X

Da Liquidação

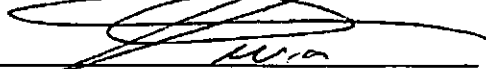
Artigo 52 A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

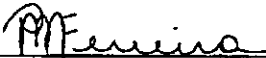
CAPÍTULO XI

Das Disposições Gerais

Artigo 53 A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Anexo à Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de setembro de 2015.


Marco Antônio de Rezende Teixeira
Presidente da Assembleia


Patrícia Leão Magalhães Ferreira
Secretária

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2015

24



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5584245 em 17/09/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 156075237 - 10/09/2015. Autenticação: 40E994C73567DFD29EDAFABE189A36EDB156C5F5. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/607.523-7 e o código de segurança X000 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/09/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 31/33



Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas

República Federativa do Brasil

Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais



LIVRO - 1862P
PRIMEIRO TRASLADO



FOLHA - 006



AUTENTICAÇÃO

Confere com o original apresentado, dou fé.
Belo Horizonte, 20/07/2015

Procuração que faz Companhia de Saneamento de
Minas Gerais - Copasa MG

EMR.: R\$4,00 T.F.J.: R\$1,25 Total: R\$5,27

Saibam quantos este público instrumento virem que, do ano de nascimento de

Nosso Senhor Jesus Cristo, de dois mil e quinze (2015), aos 23 (vinte e três) dias do mês de julho nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, no 2º Tabelionato de Notas, situado na Rua da Bahia nº 1000, perante mim, Diógenes Régis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, compareceu como Outorgante: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa MG, com sede na Rua Mar de Espanha, nº 525, 3º Andar, bairro Santo Antônio em Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.281.106/0001-03, neste ato, por sua Diretora-Presidente Sinara Inácio Meireles Chenna, brasileira, casada, engenheira civil e sanitária, CPF nº 596.478.926-91, Carteira de Identidade nº MG-3.762.439 SSP/MG e por seu Diretor de Gestão Corporativa Francisco Eduardo de Queiroz Cançado, brasileiro, casado, advogado, CPF nº 445.427.126-72, Carteira de Identidade nº MG-2.785.331 SSP/MG, residentes e domiciliados nesta Capital; os presentes reconhecidos e identificados como os próprios e de cuja capacidade jurídica dou fé, e por ela, através de seus representantes, me foi dito que nomeia e constitui seus bastantes procuradores: Pedro Eustáquio Scapolatempore, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-MG sob o nº. 35.323, CPF nº. 251.586.516-04, Adlei Duarte de Carvalho, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-MG sob o nº 72.958, CPF nº 764.776.146-34, Alessandra Guimarães Rocha, brasileira, casada, advogada, inscrito na OAB-MG sob o nº 90.498, CPF nº 038.521.516-94, Celson Alencar Soares Teixeira, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-MG, sob o nº 43.406, CPF nº 131.197.376-15, Gustavo Reis Aragão Rodrigues, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 72.567, CPF nº 773.597.716-68, todos com endereço comercial na Rua Mar de Espanha, 525, aos quais confere os poderes da cláusula "ad judicium" e "et extra" para o foro em geral e os especiais, para, em conjunto ou separadamente, representar a Outorgante perante todos os Juízos e Tribunais, nos processos em que a Outorgante compareça como autora, ré, assistente, oponente, denunciada à lide, nomeada à autoria ou chamada ao processo, podendo, os Outorgados, receber citações, notificações e intimações judiciais, renunciar, desistir, receber e dar quitação,

Rua da Bahia, 1000 - Centro - CEP 30160-011
PABX: (31) 3014-4600 - www.cartoriojaguarao.com.br
Tabelião Titular - João Carlos Nunes Júnior



firmar acordos e compromissos, recorrer, formular exceções, assinar carta de preposição, fazer levantamento de alvará judicial e/ou depósitos judiciais, propor, contestar, transigir, recorrer em ação rescisória, bem como agir na defesa de seus interesses perante repartições públicas e fazendárias federais, estaduais e municipais, inclusive da administração indireta, entidades paraestatais, agências executivas, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, podendo, também, interpor impugnação, manifestação de inconformidade e recurso perante a Receita Federal do Brasil (Secretaria da Receita Federal e Secretaria da Receita Previdenciária), consultar dados da Outorgante, inclusive os protegidos por sigilo fiscal referidos no artigo 3º da Portaria da Receita Federal do Brasil nº 1.860, de 11/10/2010, tirar cópias xerográficas de documentos, ter vistas e retirar processos com carga da Secretaria da Receita Federal, solicitar certidões, documentos e obter informações relativas à regularidade fiscal, dados e valores de débitos, créditos, dívidas e pendências diversas, relatório de restrições de tributos previdenciários, protocolizar documentos e requerer certidão negativa de débito, podendo, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao desempenho deste mandato e ainda, substabelecer em parte ou no todo, mas com reserva, os poderes que lhes foram conferidos. Protocolo nº. 16353/2015. Valores referentes a esta Procuração: Emolumentos: R\$ 73.73 - RECOMPE R\$ 4.42; Taxa de Fisc. Judiciária: R\$ 24.56; Total: R\$ 102.71. Valores referentes a Arquivamento de: 0 folhas: Emolumentos: R\$ 0.00; Taxa de Fisc. Judiciária: R\$ 0.00; Total: R\$ 0.00. Assim disse e me pediu este instrumento, que lido e achado conforme, aceita e assina dispensada a presença de testemunhas, nos termos da Lei Federal nº. 6.952 de 06 de novembro de 1981, do que dou fé. Eu Diógenes Régis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, a escrevi. Dou fé. Eu, Mirian Bomfá Santos Alves, Tabeliã Substituta, a subscrevi. Sinara Inácio Meireles Chenna - Francisco Eduardo de Queiroz Cançado- TRASLADADA EM SEGUIDA.

Eu Diógenes Régis Ferreira Fernandes, tabelião, a subscrevo e assino em público e raso.

Em test. [assinatura] da verdade.

O TABELIÃO [assinatura]



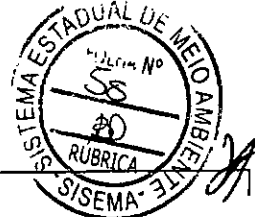
Selo de Fiscalização

CUE 82842



PODER JUDICIÁRIO - TJMG	
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA	
Ofício da 2ª de Notas de Belo Horizonte	
Selo Eletrônico Nº	AFG46065
Cód. Seg.	5596.9866.0980.8412
Quantidade de Atos Praticados:	00001
Emol.: R\$ 78.15 - Taxa: R\$ 24.56 - Valor Final: R\$ 102.71	
Consulte a validade deste Selo no site https://selos.tjmg.br	





Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da Repút
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas G

15/194.244-7

JUCEMG

SEDE - BELO HORIZONTE

Ato: 017 - 16/03/2015 12:51



15/194.244-7

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300036375

Código da Natureza Jurídica

2038

Nº da Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG**

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J153721821525

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	017	-	-	ATA DE REUNIAO DO CONSELHO ADMINISTRACAO
		219	1	ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES

RFB

BELO HORIZONTE
Local

16 Março 2015
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: **DR JOSE VELOSO MEORADO**
Assinatura: *[Assinatura]*
Telefone de Contato: **3000-1667**
José Veloso Medrado
Procurador Jurídico

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☒ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

18.03.15

Data
Daniela Gondim Silva
Analista de Gestão e Registro Empresarial
MASP 125.244-7
Responsável

☐ NÃO

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5476591
EM 18/03/2015

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG

PROTOCOLO: **15/194.244-7**
RH1554915

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

18.3.15
Data

João Assunção Costa
Vogal

Presidente da Turma

Flávia Ferreira Rocha
Vogal

OBSERVAÇÕES

[Assinatura]
Marta Aparecida da Conceição Duarte



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

COMPANHIA ABERTA

NIRE 313.000.363-75

CNPJ/MF nº 17.281.106/0001-03

ATA DE REUNIÃO EXTRATODINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 2015

1. **Data, hora e local:** realizada no dia dezesseis de janeiro do ano de dois mil e quinze, às onze horas e trinta minutos, na sede da Companhia, localizada na rua Mar de Espanha 525, Santo Antônio, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. 2. **Presença:** convocação realizada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os seguintes membros do Conselho de Administração: Alexandre Pedercini Issa, Hugo Vocurca Teixeira, João Bosco Calais Filho, Jorge Raimundo Nahas, Marco Antônio de Rezende Teixeira, Murilo de Campos Valadares, Paulo de Souza Duarte, Rubens Coelho de Mello e Sinara Inácio Meireles Chenna. Presentes, ainda, Kátia Roque da Silva, Gerente da Secretaria Geral, e José Veloso Medrado, Procurador Jurídico da Companhia; 3. **Mesa:** assumiu a presidência dos trabalhos, na forma estatutária, o Conselheiro, Marco Antônio de Rezende Teixeira, que convidou Kátia Roque da Silva para secretariá-lo. 4. **Ordem do dia:** 4.1. eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; 4.2. destituição e eleição de Diretores da Companhia; 4.3. aprovação do calendário das reuniões do Conselho de Administração para o ano de 2015. 5. **Deliberações:** os Conselheiros deliberaram o quanto segue: 5.1. eleger o Conselheiro Marco Antônio de Rezende Teixeira como Presidente e a Conselheira Sinara Inácio Meireles Chenna como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; 5.2. destituir, conforme alínea "a", do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, os seguintes Diretores da Companhia: (a) Diretor Presidente, Ricardo Augusto Simões Campos, brasileiro, casado, engenheiro civil, CPF 236.124.106-44, carteira de identidade CREA/MG 14.534/D, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na rua Alvarenga Peixoto, nº 279, apartamento 601, bairro Lourdes; (b) Diretor Vice-Presidente, Antonio Ivan Vieira de Freitas, brasileiro, casado, engenheiro civil, CPF 255.372.106-49, carteira de identidade M169.374 - SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na rua Raul Pompeia, nº 210, apartamento 301, bairro São Pedro; (c) Diretora Financeira e de Relações com Investidores, Paula Vasques Bittencourt, brasileira, casada, economista, CPF 815.790.717-91, carteira de identidade M-456.524 SSP/MG, residente e domiciliada em Belo Horizonte - MG, na rua Bernardo Guimarães, nº 1220, apartamento 701, bairro Funcionários; (d) Diretor de Gestão Corporativa, Gelton Palmieri Abud, brasileiro, casado, engenheiro civil, CPF 157.871.416-87, carteira de identidade M-194.740 SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na rua Coletor Celso Werneck, nº 50, apartamento 901, bairro Santo Antônio; (e) Diretor de Planejamento e Gestão de Empreendimentos, Marcos Antonio Teixeira, brasileiro, casado, engenheiro civil, CPF 132.536.036-87, carteira de identidade MG-159.836 SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na rua Professor Antônio Aleixo, nº 164, apartamento 601, bairro Lourdes; (f) Diretor Técnico e de Novos Negócios, Carlos Gonçalves de Oliveira Sobrinho, brasileiro, casado, engenheiro civil, CPF 303.632.336-87, carteira de identidade MG-549.393 SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na rua Pio Porto de Menezes, nº 145, apartamento 501, bairro Luxemburgo; (g) Diretor de Meio Ambiente da Companhia, Marcos Aurélio Assunção, brasileiro, casado, bacharel em direito, CPF 488.972.056-15, carteira de identidade MG 2285241, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na rua Professor Benito do Carmo, nº 80, apartamento 502 - bairro Palmares; (h) Diretor de Operação Metropolitana, Juarez Amorim, brasileiro, divorciado, médico, CPF 403.544.906-72, carteira de identidade M-499.402 SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na rua Primavera, nº 112, apartamento 1302, bairro



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5476591 em 18/03/2015 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 151942447 - 16/03/2015. Autenticação: C62ED52012E733DEA722CD4F4D572685B073E436. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 15/194.244-7 e o código de segurança QXVB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/03/2015 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL


Santo Antônio; (i) Diretor de Operação Norte, Márcio Luiz Murta Kangussu, brasileiro, casado, advogado, CPF 175.629.106-34, carteira de identidade nº M-523.683 SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na rua Professor Júlio Bueno, nº 70, bairro São Bento; (j) Diretor de Operação Sudoeste, Paulo Fernando Rodrigues Lopes, brasileiro, casado, engenheiro civil, CPF 302.806.996-20, carteira de identidade M-449.244 SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, rua Sagarana, nº 77, apartamento 302, bairro Santo Antônio; (k) Diretor de Operação Centro-Leste, Valerio Maximo Gambogi Parreira, brasileiro, casado, engenheiro, CPF 442.348.726-87, carteira de identidade M-759.936 SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na rua dos Aimorés, nº 2450, apartamento 903, Lourdes. 5.3.1. eleger, conforme alínea "a", do artigo 22 e artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, os seguintes Diretores da Companhia, cujo mandato terminará na data da primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a ser encerrado em 31/12/2015: (a) Diretora Presidente, Sinara Inácio Meireles Chenna, brasileira, casada, engenheira civil e sanitária, CPF 596.478.926-91, carteira de identidade MG-3.762.439 SSP/MG, residente e domiciliada em Belo Horizonte - MG, na rua Tobias Moscoso, nº 156, bairro Santa Lúcia; (b) Diretor Vice-Presidente, Antonio Cesar Pires de Miranda Junior, brasileiro, divorciado, empresário, CPF 682.133.606-72, carteira de identidade MG-2.914.789 SSP/MG, residente e domiciliado em Rio Acima - MG, na rua Duque de Caxias, nº 420, bairro Centro; (c) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Ronaldo Lamounier Locatelli, brasileiro, casado, economista, CPF 038.332.406-87, carteira de identidade MG-598.004 SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na rua Felipe dos Santos, nº 319, apartamento 101, bairro Lourdes; (d) Diretor de Gestão Corporativa, Francisco Eduardo de Queiroz Gançado, brasileiro, casado, advogado, CPF 445.427.126-72, carteira de identidade MG-2.785.331 SSP/MG, residente e domiciliado em Nova Lima - MG, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 932, apartamento 1.201, bairro Vila da Serra; (e) Diretor de Planejamento e Gestão de Empreendimentos, Ronaldo Matias de Sousa, brasileiro, casado, engenheiro civil, CPF 324.323.806-49, carteira de identidade M-754.856 SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na rua Engenheiro Alberto Pontes, nº 355, apartamento 1.201, bairro Burity; (f) Diretor Técnico e de Novos Negócios, Remulo Borralho de Azevedo Lemos, brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF 101.103.726-20, carteira de identidade MG-184.589 SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na rua Rio de Janeiro, nº 2.121, apartamento 804, bairro Lourdes; (g) Diretor de Meio Ambiente, Bruno do Carmo Silva, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, CPF 030.905.506-79, carteira de identidade MG-6.944.103 SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na avenida Nossa Senhora do Carmo, nº 1.889, apartamento 908, bairro Sion; (h) Diretor de Operação Metropolitana, Rômulo Thomaz Perilli, brasileiro, divorciado, engenheiro civil e sanitário, CPF 186.012.649, carteira de identidade M-9.116.610 SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na rua Acaraú, nº 235, apartamento 701, bairro Cidade Jardim; (i) Diretor de Operação Norte, Gilson de Carvalho Queiroz Filho, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, CPF 300.191.096-87, carteira de identidade M-663.979 SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na rua Expedição Antônio Nascimento, nº 96, apartamento 202, bairro Palmares; (j) Diretor de Operação Sudoeste, João Bosco Senra, brasileiro, casado, engenheiro civil, CPF 221.466.956-68, carteira de identidade M-706.587 SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na rua Desembarqueiro Custódio Lustosa, nº 69, bairro Itapoã; (k) Diretor de Operação Centro-Leste, Frederico L. Franco Ferreira Delfino, brasileiro, casado, engenheiro civil, arquiteto e urbanista, CPF 045.670.391, carteira de identidade MG-11.347.357 SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na rua Ouro Preto, nº 1.410, apartamento 102, bairro Santo Agostinho. A posse dos

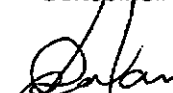
Diretores fica condicionada a: (i) assinatura do Termo de Anuência dos Administradores, exigido pelo Regulamento do Novo Mercado; (ii) assinatura de Termo de Posse lavrado nos livros societários competentes; e (iii) assinatura de Declaração de Desimpedimento nos termos da legislação aplicável.

4.3. foi aprovado o calendário das reuniões do Conselho de Administração para o ano de 2015. 6.

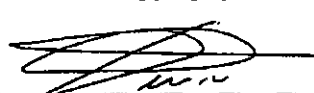
Assuntos Gerais: 6.1 Os Conselheiros definiram as indicações dos novos membros que comporão o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva das subsidiárias da Companhia, os quais serão eleitos nas assembleias gerais extraordinárias e reuniões do conselho de administração das subsidiárias, COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR, COPASA Águas Minerais de Minas S/A e Copasa Serviços de Irrigação. 7. Encerramento: nada mais havendo a se tratar, foram encerrados os trabalhos e concluída a presente Ata, depois lida, aprovada e assinada por mim, Kátia Roque da Silva, Secretária, e José Veloso Medrado, Procurador Jurídico, que atestou que as deliberações desta Reunião estão de acordo com as normas da Empresa e a legislação vigente. Assinam, ainda, os Conselheiros presentes: Alexandre Pedercini Issa, Hugo Vocurca Teixeira, João Bosco Calais Filho, Jorge Raimundo Nahas, Marco Antônio de Rezende Teixeira, Murilo de Campos Valadares, Paulo de Souza Duarte, Rubens Coelho de Mello e Sinara Inácio Meireles Chenna. Belo Horizonte, 16 de janeiro de 2015. Confere com a original lavrada em livro próprio.


Alexandre Pedercini Issa
Conselheiro



Hugo Vocurca Teixeira
Conselheiro


João Bosco Calais Filho
Conselheiro



Jorge Raimundo Nahas
Conselheiro



Marco Antônio de Rezende Teixeira
Presidente do Conselho


Murilo de Campos Valadares
Conselheiro


Paulo de Souza Duarte
Conselheiro


Rubens Coelho de Mello
Conselheiro


Sinara Inácio Meireles Chenna
Vice-Presidente do Conselho


José Veloso Medrado
Procurador Jurídico


Kátia Roque da Silva
Secretária





Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada
Superintendência de Atendimento e Controle Processual
Diretoria de Autos de Infração e Controle Processual
Núcleo Regional de Gestão das Denúncias Ambientais e Controle Processual do Norte
de Minas



Ofício nº. 060/2016 – NUDEC NM / SUCFIS / SISEMA

Montes Claros, 23 de fevereiro de 2016.

Autuado: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA

Auto de infração: 042226/2016

Código da infração: 122 / Decreto nº. 44844/08.

Prezado Senhor,

Vimos, por meio deste, comunicar a lavratura do auto de infração ambiental em seu desfavor, nos termos e fundamentos constantes em anexo,

Informamos que, o prazo para defesa administrativa é de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento do presente auto, podendo ser protocolada no Núcleo Regional de Gestão das Denúncias Ambientais e Controle Processual do Norte de Minas – NUDEC NM, localizado à Rua Agapito dos Anjos, nº 455 – Bairro Cândida Câmara – Montes Claros – MG CEP: 39401-040, conforme orientações constantes no verso do documento encaminhado.


Atenciosamente,

Pilar Ataíde Brant
Pilar Ataíde Brant

Núcleo Regional de Gestão das Denúncias Ambientais e Controle Processual do Norte de Minas – NUDEC NM

Rua Agapito dos Anjos, nº 455 – Bairro Cândida Câmara – Montes Claros – MG CEP: 39401-040
Telefones: (038) 3212-3267 / 3212-3695

*Recibido em Juízo
03/03/16
Protocolado em 167493/16
08/03/16
P.B.*

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH		1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 042226 / 2016 Lavrado em Substituição ao AI nº: / Vinculado ao: <input type="checkbox"/> Auto de Fiscalização nº de <input checked="" type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência nº 615601 de 12/02/2016	
	3. Órgão Responsável pela lavratura: <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> SGRAI <input type="checkbox"/> SUCFIS <input checked="" type="checkbox"/> PMMG		2. Auto de Infração possui folha de continuação? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Local: Juramento / MG Dia: 12 / fevereiro / 2016 Hora: 13 : 50	
4. Autuado	Nome do Autuado/ Empreendimento: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA			
	Data Nascimento:		Nome da Mãe:	
	<input type="checkbox"/> CPF: <input checked="" type="checkbox"/> CNPJ: 17.281.106/0001-03		<input type="checkbox"/> Outros:	
	Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência) Rua Alto da Cigana		Nº. / km: SIN	Complemento: COPASA
	Bairro/Logradouro: Centro		Município: Juramento	UF: MG
CEP: 39590-000		Cx Postal:	Fone: ()	E-mail:
5. Outros Envolvidos/ Responsáveis	Nome do 1º envolvido:		<input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ:	Vinculo com o AI Nº:
	Nome do 2º envolvido:		<input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ:	Vinculo com o AI Nº:
6. Descrição Infração	01 - Causar poluição mediante o lançamento de efluente sanitário no rio Juramento, resultando em dano ao curso hídrico, aos ecossistemas e habitats, a saúde e ao bem estar da população.			
7. Coordenadas da Infração	Geográficas:	DATUM: <input checked="" type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000	Latitude: Grau 16 Min 50 Seg 39,9	Longitude: Grau 43 Min 35 Seg 23,2
	Planas: UTM	FUSO 22 23 24	X=	Y=
8. Embasamento legal	Artigo 83	Anexo I	Código 122	Inciso -
	Alínea -	Decreto/ano 44844/08	Lei / ano 1772/80	Resolução 74
9. Atenuantes /Agravantes	Atenuantes			
	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea
10. Reincidência	<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica			
11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração 01	Porte M	Penalidade <input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	Valor 33 230,89
	ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$
	Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:			
	Valor total das multas: 33 230,89 <i>Trinta e três mil duzentos e trinta reais e oitenta e nove centavos</i>			
	No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$			
12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações	- O fato ocorreu na elevatória de efluente 02 da ETE de Juramento, devido as bombas entupirem causando o transbordamento da caixa, logo escoando para o leito do rio Juramento.			
	- O auto de infração foi lavrado com valor do índice da Resolução SEMAD 2016.			
13. Depositário	Nome Completo:		<input type="checkbox"/> CPF:	<input type="checkbox"/> CNPJ:
	Endereço: Rua, Avenida, etc.		Nº / km:	Bairro / Logradouro:
	UF:	CEP:	Fone:	Assinatura:
O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA NUDEC , NO SEGUINTE ENDEREÇO: Rua Agapito dos Anjos, nº 455, bairro Cândia Calmara				
14. Assinaturas	01. Servidor: (Nome Legível) Samuel Ferreira Rabelo Fernandes		MASP: 151.091-6	Assinatura do servidor: <i>Samuel Ferreira Rabelo Fernandes</i>
	02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível) Companhia de Saneamento de Minas Gerais		Função/Vinculo com Autuado:	Assinatura do Autuado/Representante Legal:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM



CERTIFICADO LO N°168/2009 NM

L I C E N Ç A A M B I E N T A L

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, no uso de suas atribuições e com base no artigo 14 do Decreto nº 44.844, de 25 de Junho de 2008, concede revalidação de Licença de Operação à **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA/ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE JURAMENTO**, para a atividade de tratamento de esgotos sanitários, localizada no município de Juramento no estado de Minas Gerais conforme processo administrativo de nº 00123/1998/003/2009, em decisão da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas, reunida no dia 20/10/2009.

☐

Sem condicionantes

☒

Com condicionantes

(Válida somente acompanhada das condicionantes listadas no anexo)

(A concessão da Licença deverá atender ao art. 6º da DN COPAM 13/95, sob pena de revogação da mesma)

(A revalidação da licença dar-se-á com base nas DN COPAM 017/88)

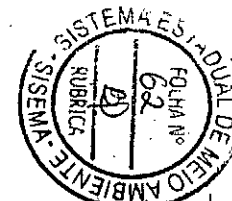
Esta licença não dispensa, nem substitui a obtenção pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual e municipal.

Validade da Licença Ambiental: 08 (oito) anos.

Montes Claros, 20 de outubro de 2009.

LAÍS FONSECA DOS SANTOS

Superintendente Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Norte de Minas



feam

IEF

IEF